

Estefânia Viveiros, Nelson Trad, Paulo Paim e Gilvam Borges na audiência



J. Freitas

Um exame polêmico em debate

O exame da OAB para o exercício da profissão de advogado foi alvo de grande polêmica em audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado. **Página 8**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.765 – Brasília, sexta-feira, 14 de março de 2008

Garibaldi prega resistência a “avanço” do Executivo

Ao abrir seminário em João Pessoa, presidente do Senado acusa governo de pretender “tomar conta daquilo que nós precisamos fazer melhor”

As medidas provisórias não deixam o Legislativo legislar – afirmou Garibaldi Alves em seminário do Interlegis em João Pessoa. O presidente do Senado recomendou à Justiça que “deixe de legislar aqui e acolá”, citando como exemplo decisão sobre fidelidade partidária. **Página 2**



Garibaldi (à esq., com Arthur Cunha Lima): críticas ao Executivo e ao Judiciário

Proposta: direção da Sudeco deve ter aval do Senado

Relatora de projeto, Lúcia Vânia sugere que diretoria da Sudeco, nomeada pelo presidente da República, tenha que ser aprovada pelo Senado. **Página 7**

Audiência na terça sobre dívida rural de R\$ 87 bi

A renegociação da dívida dos produtores rurais, estimada em R\$ 87 bilhões, será discutida na terça-feira, em comissões do Senado e da Câmara. **Página 7**

Congresso presta homenagem a dom Aloísio

Em sessão solene, o Congresso Nacional reverenciou ontem a memória do religioso que presidiu a CNBB e foi arcebispo de Fortaleza e Aparecida. **Página 6**

Oposição reage ao governo e já obstrui atividades

Arthur Virgílio reafirma a ruptura do “bom relacionamento entre governo e oposição” e José Agripino anuncia “obstrução seletiva”

Como protesto contra o que considerou manobra do governo para votar a medida provisória que criou a TV Brasil, a oposição colocou em prática a obstrução dos trabalhos do Senado. Duas comissões tiveram ontem que cancelar suas reuniões. **Página 3**



Entre Wellington (E) e Jarbas (em pé), Virgílio e Agripino participam da sessão do Senado

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Presidente e 1º secretário do Senado, Garibaldi Alves e Efraim Morais, abrem em João Pessoa Seminário do Programa Interlegis, que inicia sua segunda fase

Garibaldi: Congresso deve resistir a avanço do Executivo e Judiciário

Ao falar na abertura do Seminário do Programa Interlegis em João Pessoa, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o Poder Legislativo deve resistir aos avanços dos Poderes Executivo e Judiciário sobre sua área.

– A nossa crise não é só de eficiência, é uma crise moral. Precisamos resistir ao avanço do Poder Executivo, que quer tomar conta daquilo que nós precisamos fazer melhor – ressaltou o presidente do Senado, para quem “as medidas provisórias não deixam o Legislativo legislar”.

Falando no auditório do Fórum Cível de João Pessoa, para uma platéia de mais de 300 pessoas, Garibaldi brincou dizendo que não havia falado mal da Justiça, por estar em sua Casa, mas em seguida emendou:

– A Justiça devia também deixar de legislar aqui e acolá. Como



Cássio Cunha Lima (E) cumprimenta Garibaldi, ao lado do deputado Arthur Cunha Lima

um tribunal legisla sobre fidelidade partidária quando o Poder Legislativo tem 81 senadores e 513 deputados para isso? E isso é só um exemplo.

Garibaldi lembrou que já falara mal da Justiça na presença da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, durante a abertura dos trabalhos legislativos deste ano. Afirmou

que, embora não seja “de falar muito nem de falar mal”, estava “dominado de um tal sentimento de angústia e indignação” que não tem como não mencionar esses assuntos.

O presidente do Senado também citou as falhas do próprio Congresso, como os quase mil vetos presidenciais que ainda não foram votados.

Aos 11 anos, programa inicia segunda fase

Vereadores e deputados estaduais da Paraíba, o presidente e o 1º secretário do Senado Federal, Garibaldi Alves e Efraim Morais, e o governador do estado, Cássio Cunha Lima, prestigiaram o seminário em João Pessoa que marcou o início da segunda fase do Programa Interlegis. A abertura do evento, que se estende até hoje na capital paraibana, teve uma apresentação da Orquestra Sanfônica da Paraíba, composta somente por acordeons e instrumentos de percussão.

Em seu discurso, Efraim Morais resumiu os 11 anos de atividade do Interlegis, suas conquistas e as novas metas de sua segunda fase. Já o presidente do Senado, em seu estilo bem-humorado, arrancou risos e aplausos da platéia de mais de 300 pessoas ao falar da importância do programa e das mazelas que afligem o Congresso brasileiro.

O governador da Paraíba exaltou a atuação de Garibaldi Alves à frente do Senado, que, para ele, “enche de orgulho” os bra-

sileiros.

O representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento – entidade que financia, com contrapartida da União, o programa Interlegis –, Carlos Cordovez, destacou que os melhores resultados de iniciativas desse tipo são obtidos em parlamentos que têm suas equipes técnicas selecionadas por concurso público, como o Senado Federal. Cordovez destacou a importância do programa na promoção da transparência do Poder Legislativo no Brasil.

Interlegis melhora funcionamento dos parlamentos, destaca Efraim

Na abertura do Seminário Interlegis, em João Pessoa, o 1º secretário do Senado Federal, Efraim Morais (DEM-PB), fez uma análise detalhada do Programa Interlegis, desde seu início até a segunda fase que agora se inicia, com o nome de Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II.

Concebido há 11 anos no intuito de dotar as casas legislativas brasileiras de infra-estrutura de informática, o Programa Interlegis ampliou seu objetivo, passando a melhorar as condições de funcionamento dos parlamentos brasileiros. Para Efraim, “um trabalho muito mais complexo e de longo prazo”.

Na primeira fase, o programa interligou, por meio de videoconferência, todas as assembleias legislativas estaduais e o Congresso Nacional. Também criou um portal de informações legislativas, promoveu a doação de equipamentos para interligação de mais de 3.500 das 5.564 câmaras de vereadores do país e criou um sistema de educação a distância para capacitação de parlamentares, funcionários e cidadãos de todo o país.

– É um programa preocupado



Efraim: “Poder Legislativo atuante melhora condição de vida do povo”

com a cidadania. Poder Legislativo atuante é garantia de melhoria de condição de vida do povo; é certeza de condução correta da administração dos recursos; é a devolução do controle dos assuntos coletivos aos seus verdadeiros donos, os cidadãos brasileiros.

O senador salientou que o Interlegis, em sua primeira fase, cumpriu praticamente todas as metas estabelecidas, tendo mesmo superado várias delas, o que levou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a renovar o contrato de financiamento do programa.

Efraim elogiou o ex-senador Ronaldo Cunha Lima, também paraibano, que iniciou o Programa Interlegis quando foi 1º secretário do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão não-deliberativa, às 9h, destina-se apenas a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Gilvam Borges (PMDB-AP), Gerson Camata (PMDB-ES) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Romeu Tuma e Mão Santa

Simon contra criação da TV Brasil por medida provisória

Defensor de uma TV pública no Brasil, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente Lula cometeu, entretanto, “uma grande bobagem” ao decidir criá-la por medida provisória, “impondo ao país o que ele pensa e quer”, sem discutir com o Congresso e a sociedade.

Simon classificou como “golpe” a decisão do governo de votar o projeto de lei de conversão (PLV 2/08) à medida provisória (MP 398/07) que criou a TV Brasil depois das 23h da terça-feira passada, sem a aceitação de emendas.

O parlamentar lamentou que, para evitar o acolhimento de emendas dos senadores, o que remeteria o assunto de volta à Câmara dos Deputados, lideranças do governo tenham “tomado nota” dessas alterações com a promessa de colocá-las em uma nova MP. Para Simon, “isso não é sério e nem tem lógica”.

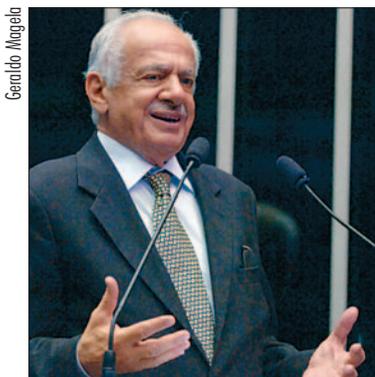
– Olha o papel que fica para o Senado, o que resta para o Senado. Essa era uma medida que poderia marcar a história da vida do presidente Lula – afirmou.

Ausência

Simon, que conduziu discussões no Senado sobre os meios de comunicação, justificou sua ausência na votação da MP da TV Brasil por haver sido informado de que o assunto não seria tratado na noite de terça-feira. Assim, ele acabou assistindo à sessão em casa, pela TV Senado.

O senador disse aceitar como parte do jogo político a decisão do governo de considerar inconstitucional a segunda MP que seria votada na terça-feira, o que abriu espaço para a apreciação da medida provisória da TV pública.

– Feliz a idéia [da TV pública]. Oportuna a criação, mas lamento a forma. Quem sabe, embora não tenha sido discutida a contento neste Plenário, ela possa ter o condão de provocar o necessário debate sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil.



Simon diz que foi “golpe” decisão de votar medida provisória na noite de terça-feira

PSDB e Democratas reagem ao que consideram manobra do Executivo, feita na noite de terça-feira passada, para votar a medida provisória que criou a TV Brasil

Oposição protesta contra governo obstruindo trabalhos do Senado

A oposição colocou ontem em prática a obstrução dos trabalhos do Senado prometida na noite de terça-feira, em protesto pelo que considerou uma manobra do governo para votar a medida provisória que criou a TV Brasil.

O PSDB passou a pedir vista de todas as proposições em pauta nas comissões técnicas da Casa. A informação é do líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM), segundo o qual a operação foi iniciada já na quarta-feira, quando Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu vista de todas as proposições em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) tiveram canceladas e adiadas para a próxima semana as reuniões marcadas para a manhã de ontem.

De acordo com Arthur Virgílio, esse é o começo da obstrução que seu partido conduzirá a partir de agora, rompendo o bom relacionamento entre governo e oposi-



Virgílio instruiu vice-líderes a pedirem vista de todos os projetos nas comissões

ção. Ele declarou que instruiu os vice-líderes tucanos a pedirem vista de todas as proposições em exame nas comissões por eles integradas.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), informou que seu partido fará obstrução seletiva e direcionada às medidas provisórias. O DEM, entretanto, disse o senador, “não deixará de examinar projetos que considere importantes para país”.

A intenção final do Democratas



Agripino informa que o Democratas fará obstrução seletiva e dirigida a MPs

é uma mudança na legislação que trata das medidas provisórias, limitando seu emprego pelo presidente da República a casos de urgência e relevância, como prevê a Constituição federal.

Já Sibá Machado (PT-AC), vice-líder do governo no Congresso, considera a decisão do PSDB e do DEM “democrática, regimental e uma opção política”. O senador questiona, entretanto, “se é isso que a população espera dos seus parlamentares”.

PSDB contesta no Supremo MPs que abrem créditos extraordinários

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que o PSDB ingressou na quarta-feira no Supremo Tribunal Federal com sete ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) contra igual número de medidas provisórias que abrem à União créditos extraordinários que somam R\$ 12,6 bilhões. As medidas que estão sendo objeto das ADIs são as seguintes: MP 399/07, MP 400/07, MP 402/07, MP 405/07, MP 406/07, MP 408/07 e MP 409/07.

Couto assinalou que as ações não contestam o mérito das MPs, mas o enquadramento dos créditos como extraordinários. Lembrou que a Constituição especifica que um crédito extraordinário só pode ser aberto para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como nos casos de guerra, comoção interna e calamidade.

– Daqui para frente, o PSDB obstruirá toda e qualquer medida provisória que o governo enviar para o Congresso Nacional.



Mário Couto: ingerência do Executivo nas ações do Legislativo prejudica democracia

O senador também criticou declarações do presidente Lula e disse que a ingerência do Executivo nas atividades do Legislativo prejudica a democracia.

Virgílio pede explicações ao presidente do Senado

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou a apresentação de requerimento pedindo explicações ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, sobre “ameaças e recados” que ele, Garibaldi, teria recebido do presidente Lula.

Virgílio se referiu a discurso feito pelo presidente do Senado, na quarta-feira – durante a sessão do Congresso que aprovou o

Orçamento da União de 2008 –, no qual Garibaldi declarou que não aceitaria se submeter “nem à exorbitância com que a oposição se comportou ontem (alusão à sessão do Senado de terça-feira para votação de medidas provisórias), nem às ameaças e aos recados do presidente da República”.

O senador explicou que, no requerimento, questiona o teor de tais “ameaças e recados” e as

personas que teriam sido portadoras dessas mensagens.

– Quero cobrar responsabilidade pelas palavras que ele proferiu – explicou o líder do PSDB.

Arthur Virgílio reafirmou que não pretende participar de nenhuma reunião de líderes no gabinete da Presidência do Senado, em protesto contra as manobras do governo para aprovação da medida provisória que criou a TV Brasil.

Jarbas conclama oposição a enfrentar o governo Lula

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) conclamou a oposição a “se organizar e partir para o enfrentamento” ao governo do presidente Lula, a quem acusou de “fazer campanha eleitoral com dinheiro público, marcada por agressões aos oposicionistas”. Jarbas se baseou em notícias e análises da imprensa divulgadas nesta semana, sugerindo que Lula já busca um terceiro mandato.

– Lula acusa os adversários de só pensarem em 2010, na sucessão. Quem pode com isso? Lula está mentindo. Ele é quem só pensa nisso. Ataca as instituições, atacou novamente o Judiciário, desmoralizou a Câmara dos Deputados e tenta fazer o mesmo com o Senado e com o Tribunal de Contas da União – acusou o senador, ao lembrar o inflamado discurso de Lula em Dianópolis (TO), no começo da semana, em que o presidente criticou a oposição e o Judiciário, em tom de campanha eleitoral, conforme avaliaram analistas da imprensa citados por Jarbas Vasconcelos.

O senador disse que o presidente é um político arbitrário – “fato que pode ser demonstrado pela sua truculência no modo de se expressar ao povo que pretende enganar, em discursos”. Ressaltou que a prática constante de enviar medidas provisórias para que o Congresso as aprove sob pressão da bancada governista reforça a compreensão dessa faceta de Lula.

Jarbas citou, dentre as MPs “empurradas” pelo governo, a que cria a TV Brasil, aprovada em sessão tumultuada do Senado na última terça-feira. Para o senador, o líder do governo conseguiu aprovar a MP utilizando-se de artifícios regimentais discutíveis.

– Não estou questionando a necessidade da TV pública, apenas a forma como foi aprovada no Senado – explicou, sustentando que Lula mente “o tempo todo” e procura desmoralizar os oposicionistas.



Jarbas: Lula mente “o tempo todo” e procura desmoralizar a oposição

Agripino teme que crescimento do PIB não se sustente

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse estar preocupado com a sustentabilidade do crescimento do produto interno bruto (PIB) – que foi de 5,4% em 2007. Segundo ele, o aumento se deve sobretudo à ampliação do consumo, “ocasionado mais pela expansão do crédito que pelo aumento da renda”.

Para que o crescimento do PIB seja sustentável, acrescentou, seria necessário, em primeiro lugar, reduzir a carga tributária e investir em educação e infra-estrutura.

– O crédito cresceu violentamente porque a inflação baixou, possibilitando que o crédito fosse oferecido a uma taxa de juros baixa – avaliou.

O líder do DEM aproveitou para criticar o Programa Bolsa Família por não exigir a garantia de manutenção de crianças e adolescentes na escola. Ele esclareceu não querer o fim do programa, mas o seu aperfeiçoamento.

Medida sobre ZPEs chegou à Câmara, anuncia Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comunicou ao Plenário que a medida provisória sobre o novo marco legal para criação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) já se encontra na Câmara. Para ela, a MP 418/08 é “mais um passo” para se chegar ao fim de uma discussão iniciada no Brasil em 1988. O primeiro passo, segundo a senadora, foi dado pelo Congresso com a aprovação da Lei 11.508/07, que a medida regulamentou.

Lúcia Vânia também assinalou a assinatura de convênio entre o Ministério do Turismo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Desenvolvimento de Turismo (Prodetur) em âmbito nacional. A senadora disse que as cidades de Goiás, Goiânia e Pirenópolis, entre outras de seu estado, serão beneficiadas.

Ex-presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul afirma que conselho proposto pelo governo brasileiro deverá formular e coordenar estratégia de busca da paz na região

Zambiasi apóia criação de conselho de defesa para a América do Sul

O recente conflito entre Equador, Colômbia e Venezuela – e o drama humano que ele encobre – expôs a necessidade de criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, disse Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O conselho foi proposto originalmente pelo presidente Lula, mas o senador pretende que o assunto seja levado à consideração do Parlamento do Mercosul, em sua próxima reunião, na forma de “Proposta de Declaração de Apoio”.

– A função do conselho seria a de formular e coordena-



Zambiasi: proposta de Lula deve ser levada ao Parlamento do Mercosul

nar uma estratégia conjunta para a região – frisou.

De acordo com o senador, com os ânimos desarmados,

a crise precisa ser analisada por meio de uma abordagem que ultrapasse os “limites meramente políticos, diplomáticos, ou até ideológicos, do Mercosul”.

Para Zambiasi, é preciso observar que o conflito fortaleceu a idéia da integração do continente sul-americano. Diante da ameaça à soberania de um país, todos os demais se uniram.

O senador ainda chamou a atenção para a realidade que está por trás do confronto entre Colômbia e Equador, a de “uma profunda crise humana”: cerca

de três a quatro milhões de colombianos desalojados de suas terras, de suas casas, de suas cidades e até de seu país.

– O governo do Brasil, e sua diplomacia, deu um dos passos mais importantes para construir um caminho sólido e estratégico no rumo da paz. Primeiro, apontando a Organização dos Estados Americanos (OEA) como fórum de diálogo imediato da crise e, junto com isso, apresentando a proposta de criar um Conselho Sul-Americano de Defesa – afirmou.

Brasil deveria ter citado abrigo do Equador às Farc, diz Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) questionou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre um suposto tratamento desfavorável à Colômbia, por parte da diplomacia brasileira, no conflito decorrente do ataque de militares colombianos a guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território equatoriano, no dia 1º de março.

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na quarta-feira, Jefferson observou que a diplomacia brasileira “só não ganha nota dez porque o Brasil deveria ter feito menção explícita ao fato de o Equador



Jefferson Péres: espanhóis usam muito rigor contra brasileiros

dar abrigo às Farc, organização que se utiliza de métodos criminosos”.

Sobre o tratamento dado a viajantes brasileiros pelas autoridades da imigração espanhola, Jefferson Péres salientou que os espanhóis estão usando muito rigor, embora cumprindo a legislação.

Mesquita Júnior quer campanha do Mercosul contra o tráfico de pessoas

Ao comentar audiência pública sobre tráfico de pessoas promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) assinalou a necessidade de os países integrantes do bloco realizarem uma campanha comum para enfrentar o problema.

Presidente da representação, Mesquita Júnior mencionou medidas discutidas na reunião – que contou com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – para o combate ao tráfico de pessoas na região, como as que visam harmonizar as leis dos países do Mercosul e adequar tratados ratificados



Mesquita Júnior destaca debate sobre ações de combate ao delito pelo Brasil.

Citando dados da OIT, o senador lembrou que cerca de 250 mil pessoas por ano são vítimas do tráfico na América Latina, sendo que, nesse “mercado infame”, uma mulher ou adolescente traficada para a prostituição rende US\$ 18 mil anuais ao traficante.

Kátia Abreu cobra apuração de denúncias contra ONGs

A apuração de denúncias sobre repasse de dinheiro público a organizações não-governamentais (ONGs), com base em matérias publicadas pela revista *Época*, foi solicitada por Kátia Abreu (DEM-TO).

Segundo a senadora, a publicação mostra como a Fundação Nacional de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec)

pode ter sido utilizada para burlar a Lei de Licitações.

– O órgão público contrata a Finatec, dispensada da licitação por ser uma fundação ligada à Universidade de Brasília (UnB), e a Finatec subcontrata as empresas de consultoria. Os principais contratos são assinados com governos e prefeituras administradas pelo PT. As empresas de

consultoria são sempre as mesmas: a Intercorp e a Camarero & Camarero. O dono, o senhor Luís Lima, foi consultor da administração do PT na prefeitura de Porto Alegre – relatou.

Kátia Abreu disse, ainda de acordo com a revista, que os serviços de Luís Lima seriam indicados às administrações petistas por Vicente Trevas, um dos

fundadores do PT.

A senadora ressaltou também denúncias que pesam contra o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical (Ifas), com sede em Goiânia. Conforme ela, a entidade assinou contrato de R\$ 7 milhões com o Inbra, mas o dinheiro teria ido, na verdade, para uma organização sindical ligada ao governo.



Flexa Ribeiro celebra garantia de verbas para compensar Lei Kandir

Flexa Ribeiro aplaude verbas para estados

A garantia, no Orçamento da União para 2008, de recursos destinados a estados exportadores como compensação pela Lei Kandir foi comemorada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo o senador, graças ao empenho de Francisco Dornelles (PP-RJ), que reestimou receitas, ficaram garantidos R\$ 5,2 bilhões aos estados, sendo R\$ 3,9 bilhões livres da necessidade de arrecadação extra.

O parlamentar pediu ainda providências à governadora do Pará, Ana Júlia, para a instalação da zona de processamento de exportação (ZPE) de Barcarena.

Flexa Ribeiro também fez uma denúncia: autoridades de Abaetetuba afirmam que alunos recém-aprovados no vestibular da Universidade Federal do Pará (UFPA) ainda não foram admitidos por falta de professores.

MPs voltam a trancar pauta do Plenário

O Senado recebeu ontem da Câmara dos Deputados seis medidas provisórias que, publicadas há mais de 45 dias, têm preferência de votação e passam a trancar a pauta do Plenário.

A primeira medida provisória (400/07) concede crédito extraordinário de R\$ 20 milhões à Presidência da República para aplicar na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e de R\$ 30 milhões ao Ministério da Saúde para campanhas educativas relacionadas ao combate à dengue e à aids. A segunda (MP 402/07) abre crédito extraordinário de R\$ 1,64 bilhão em favor de diversos ministérios.



Dornelles argumenta que o turfe e a equinocultura geram milhares de empregos

Dornelles defende sistema de apostas em corridas de cavalo

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou a Caixa Econômica Federal por entrar na Justiça contra o Simulcasting, sistema de transmissão de corridas de cavalos com recolhimento simultâneo de apostas. Segundo o parlamentar, o Simulcasting não é jogo de azar, e o seu fechamento trará prejuízo não só à atividade do turfe, mas também à criação de equídeos.

Dornelles argumentou que a Lei 7.291/84 autoriza a realização de corridas de cavalos com a exploração de apostas e autoriza as entidades do turfe a manterem agências e agentes em outros estados e municípios. Com base nessa lei, disse, há mais de 20 anos funciona o Simulcasting.

Conforme o senador, o turfe e a equinocultura são importantes atividades econômicas, com geração de milhares de empregos.

Paim: Universidade Palmares forma a primeira turma

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem, da tribuna, a solenidade de formatura de 126 alunos negros da Universidade Zumbi dos Palmares, a primeira da instituição. Segundo informou, a cerimônia ocorreria à noite, em São Paulo, com a presença de vários senadores e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, escolhido paraninfo dos formandos.

Paim também anunciou que receberá hoje representantes da Marinha do Brasil para discutir a forma de concessão de anistia a João Cândido, o chamado Almirante Negro, que comandou, no início do século 20, a Revolta da Chibata. Conforme explicou, a proposta de anistia ao líder do protesto pelo fim dos castigos físicos na Marinha é de autoria da senadora licenciada e atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já tendo sido aprovada pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Comissão de Trabalho deu parecer favorável ao projeto da senadora Patrícia Saboya que amplia de quatro para seis meses o benefício para funcionárias de empresa privada

Comissão da Câmara aprova mais tempo para licença-maternidade

Aprovada em novembro pelo Senado, a proposta que amplia em caráter facultativo, de quatro para seis meses, a licença-maternidade das mulheres que trabalham em empresas privadas (desde que essas empresas tenham aderido ao Programa Empresa Cidadã) avança na Câmara dos Deputados. A matéria recebeu quarta-feira parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

A autora do projeto é a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE). A proposta tramitou no Senado como PLS 281/05 e, na Câmara, está sendo analisado sob a forma do PL 2.513/07.

Para ser aprovada pelos deputados, a matéria precisa ainda ser analisada em mais três comissões daquela Casa: a de Seguridade Social e Família; de Finanças e



Patrícia Saboya apresentou dados sobre os benefícios da amamentação ao bebê

Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto institui o Programa Empresa Cidadã, que permite às trabalhadoras de empresas privadas ampliar sua licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Em troca, as empresas que

aderirem ao programa receberão incentivos fiscais. De acordo com a senadora, as empresas poderão descontar dos impostos federais, na íntegra, o valor dos salários pagos durante os dois meses adicionais da licença.

Segundo Patrícia, dados da Sociedade Brasileira de Pediatria indicam que a amamentação regular por seis meses reduz 17 vezes as chances de uma criança contrair pneumonia, 5,4 vezes a possibilidade de adquirir anemia e 2,5 vezes o risco de crises de diarreia. Ela destaca que a organização é autora do anteprojeto que deu origem à sua proposta.

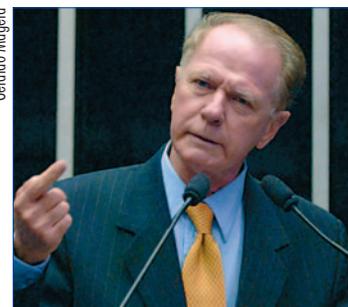
– O objetivo do projeto é fortalecer o vínculo afetivo entre mãe e filho, propiciando um desenvolvimento mais saudável do ponto de vista físico, mental e emocional – argumenta a senadora.

Camata questiona critério para benefício a líder de atentado

De posse da reportagem “União paga mais ao algoz que à vítima”, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) questionou os critérios utilizados para conceder indenizações a ex-integrantes de grupos terroristas beneficiados pela Lei 9.140/95. O texto legal reconhece a responsabilidade do Estado pelas mortes ocorridas durante o regime militar em dependências policiais e estabelece a indenização dos parentes e cônjuges das vítimas da repressão.

Segundo matéria, 40 anos depois de ter perdido a perna esquerda na explosão de uma bomba em ataque ao consulado americano em São Paulo, Orlando Lovecchio Filho, de 62 anos, soube que o líder do atentado, Diógenes Oliveira, à época da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi beneficiado este ano com indenização de R\$ 1.627 mensais, além de pagamento retroativo de R\$ 400 mil.

Já Lovecchio, a vítima, recebe pensão mensal de R\$ 571, se-



Vítima do ataque recebe hoje apenas pensão mensal de R\$ 571, diz Camata

gundo Camata.

– Vejam que coisas inacreditáveis. O coitado perdeu a perna em atentado promovido por um terrorista que pregava o fracassado comunismo – disse Camata, que pediu a revisão do caso.

Assessores conhecem serviços oferecidos pela Secs

Diretores dos veículos que integram a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) detalharam ontem a assessores de imprensa e chefe de gabinetes parlamentares o rol de serviços oferecidos pela Agência, Jornal, Rádio e TV Senado, e também pelas Secretarias de Projetos Especiais, de Pesquisa e Opinião Pública e de Relações Públicas.

O diretor da Secs, Helival



Helival Rios, Virgínia Galvez, Valéria Ribeiro e Elga Lopes durante o encontro

Rios, lembrou que um dos objetivos para este ano é a inauguração do sinal da TV Senado no Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN) e Fortaleza (CE), além da ampliação das pesquisas feitas pelo DataSenado e da mudança no formato do jornal diário.

Os assessores também obtiveram informações sobre como instalar um pequeno estúdio de rádio no gabinete e a respeito dos recursos disponíveis no site da Agência Senado na internet.

A TV Brasil Internacional também esteve representada.



Proposta de emenda já foi aprovada pelo Senado, lembrou Expedito Júnior

Expedito pede que a Câmara vote PEC que federaliza servidores

Expedito Júnior (PR-RO) voltou a defender a transferência da folha de pagamento de 20 mil servidores do antigo território de Rondônia para o governo federal. A proposta de emenda à Constituição (PEC) com a medida já foi aprovada no Senado e em comissão especial na Câmara dos Deputados, mas ainda não foi colocada na pauta do Plenário pelo presidente daquela Casa, deputado Arlindo Chinaglia.

– Não é justo o que se faz com nosso estado – disse o senador. Ele ressaltou que a providência já foi adotada em relação aos ex-territórios, hoje estados, do Amapá e de Roraima.

Expedito reivindica a inclusão da PEC no rol das matérias a serem votadas com rapidez, como parte de acordo firmado pelos presidentes das duas Casas para desafogar a pauta.

Jornal Estado de Minas deve receber homenagem

Os senadores da bancada de Minas Gerais – Eduardo Azeredo (PSDB), Eliseu Resende (DEM) e Wellington Salgado (PMDB) – apresentaram ontem à Mesa do Senado pedido de sessão especial para homenagear os 80 anos do jornal *Estado de Minas*.

A publicação foi fundada em 1928 pelos acadêmicos Pedro Aleixo, Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa, que se juntaram a Milton Campos e a Abílio Machado para criar a empresa. Os três primeiros compraram o acervo do *Diário da Manhã*, que, em 7 de março de 1928, começava a circular com o nome de *Estado de Minas*.

Na justificativa do requerimento, os senadores afirmam que a publicação é um patrimônio virtual de todos os mineiros e tem prestado relevante serviço à população, além de ser fonte permanente de informação, cultura e diversão.



Segundo Sibá, "emancipação não afastará investimentos privados"

Sibá defende mudanças na Eletrobrás

As mudanças feitas na Eletrobrás foram defendidas por Sibá Machado (PT-AC). O senador destacou entre as alterações – que se devem à aprovação do projeto de conversão proveniente da Medida Provisória 396/07 – a que retirou o impedimento legal de a Eletrobrás ser parte majoritária em empreendimentos associados com a iniciativa privada, inclusive na exploração internacional e bilateral de energia elétrica.

– Poderíamos imaginar Itaipu sendo uma empresa paraguaia? É o que aconteceria se a Eletrobrás continuasse impedida de liderar projetos. Qualquer empresa binacional seria sempre controlada por outros países – disse.

Sibá lembrou que o governo Fernando Henrique Cardoso também utilizou medidas provisórias para alterar o Plano Nacional de Desestatizações e afirmou que a “emancipação” da Eletrobrás não vai desestimular o investimento do capital privado.

Reestatização

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ter defendido a proibição de a Eletrobrás ser parte majoritária nos empreendimentos realizados apenas no Brasil, mas com a permissão que assumisse o controle nos empreendimentos internacionais. Ele considera que a mudança significa reestatização da empresa.

Já Expedito Júnior (PR-RO) sugeriu que Sibá agende uma reunião das ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, com os parlamentares da região amazônica para buscar a convivência harmoniosa entre poder público e iniciativa privada no setor elétrico.

Em sessão solene, senadores e deputados reverenciam a memória de religioso, falecido em dezembro de 2007, que presidiu a CNBB e foi arcebispo de Fortaleza e de Aparecida

Homenagem a dom Aloísio, cardeal que não se curvou ao regime militar

O cardeal Aloísio Lorscheider, falecido em dezembro, foi homenageado ontem em sessão solene do Congresso. Dom Aloísio foi secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entre 1968 e 1971, ano em que foi nomeado presidente da entidade. Presidiu a CNBB por dois mandatos: de 1971 a 1975 e de 1975 a 1978.

Em abril de 1973, foi nomeado pelo papa Paulo VI arcebispo de Fortaleza, função que exerceu até 1995. Em 1976, assumiu a presidência do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). No mesmo ano, o papa Paulo VI o nomeou cardeal.

De 1995 a 2004, foi arcebispo de Aparecida (SP). Em seguida, passou a ser arcebispo emérito. Em 1978, seu nome

chegou a ser cotado para o cargo de papa. Em 2008, dom Aloísio completaria 60 anos de sacerdócio. Ele faleceu no dia 23 de dezembro de 2007.

Ao presidir a sessão, o 1º secretário do Congresso, deputado Osmar Serraglio, chamou para compor a Mesa frei João Inácio Müller, provincial dos Franciscanos do Sul; dom Raymundo

– Ele foi um combatente incansável pela liberdade, que jamais se curvou perante os poderosos, mesmo durante o governo militar – destacou.

Durante a cerimônia, um telão exibiu o lema “Na cruz, a salvação e a vida” e uma foto de dom Aloísio. A solenidade também reuniu autoridades eclesásticas militares e diplomáticas.



Jereissati faz discurso em homenagem à memória de dom Aloísio (foto no telão)

Senadores destacam luta pelos direitos das minorias



Simon (da tribuna) lembra a humildade do homenageado

Na sessão de homenagem a dom Aloísio Lorscheider, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que o religioso transformou a mentalidade política e social e a consciência cristã nas comunidades mais pobres do Ceará. “A fé de dom Aloísio era também a fé no homem”, frisou. Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apoiou o discurso.

Patrícia Saboya (PDT-CE) lembrou que, no seu trabalho pastoral, dom Aloísio foi feito refém em rebelião de um presídio em Fortaleza.

– Isso não impediu que, menos de um mês depois, ele estivesse visitando os presídios novamente e defendendo os direitos dos presidiários – observou.

No plano eclesástico, destacou a senadora, ele defendeu posições polêmicas como a ordenação de sacerdotes casados, sem que isso alterasse seu prestígio e papel de

liderança na Igreja.

Pedro Simon (PMDB-RS) salientou que dom Aloísio não perdeu a “humildade franciscana”, mesmo quando foi votado para ser papa pelo próprio pontífice eleito na ocasião, João Paulo I. Conforme Simon, dom Aloísio disse que não poderia ser papa porque sofria de uma enfermidade cardíaca.

Para Mão Santa (PMDB-PI), o cardeal era um apóstolo “do bem e da luz”. O líder do PSOL, José Nery (PA), afirmou que dom Aloísio foi “um grande líder espiritual e humanitário que orgulha toda a população brasileira”. Em nome do PT, Eduardo Suplicy (SP) ressaltou que ele também foi um “extraordinário exemplo do bom sal da terra”. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o cardeal, mesmo nos “anos de chumbo”, lutou pela reforma agrária e em defesa das minorias.

▼ Aloísio e Ivo Lorscheiter, dois primos à frente da CNBB

É comum haver confusão com os nomes dos primos Ivo Lorscheiter e Aloísio Lorscheider. Ambos foram bispos que presidiram a CNBB durante o período da ditadura militar brasileira, e faleceram no ano passado.

Dom Ivo Lorscheiter foi secretário-

geral da CNBB de 1971 – quando ainda era bispo auxiliar de Porto Alegre – a 1979. Em seguida, foi nomeado presidente da entidade. Exerceu esse cargo até 1987.

Foi nomeado bispo no final de 1965. Em 1974, assumiu a diocese de Santa

Maria (RS). Em novembro de 1982, fundou e foi o primeiro presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic).

D. Ivo faleceu em 5 de março de 2007. Já seu primo, Dom Aloísio, faleceu em dezembro.



Proposta de Cristovam objetiva evitar disputa por indicações

Cristovam defende criação de CPIs permanentes

A criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) permanentes no Senado e na Câmara foi defendida por Cristovam Buarque (PDT-DF), que apresentou na última quarta-feira proposta de emenda à Constituição com esse objetivo. Segundo ele, até ontem à tarde a PEC já havia sido subscrita por 30 senadores.

A medida ajudaria a evitar, argumentou, a disputa que ocorre entre os partidos para a indicação de presidentes e de relatores das comissões. Também dispensaria o Congresso de se mobilizar “a cada suspeita de ilegalidade ou imoralidade na administração pública” para obter assinaturas a fim de criar CPIs, prejudicando o andamento normal das outras atividades do Parlamento.

– Houve um tempo em que esta Casa discutia Abolição da Escravidão, soberania nacional, reformas de base e outros temas de substância para o futuro do país. Hoje, de vez em quando, a gente discute uma medida provisória, e quase sempre quem vai entrar em CPI, quem vai ser presidente ou o relator. Não estamos conseguindo usar nossa energia, nossa competência, nossa liderança para discutir propostas para o futuro do Brasil.

Equilíbrio

A proposta de Cristovam estabelece que o relator de cada inquérito será eleito pelos membros da própria comissão permanente e deverá, obrigatoriamente, integrar a bancada partidária que se opõe à do presidente da CPI. O senador avalia que medidas como essa garantiriam o equilíbrio de poder dentro das comissões.



Kátia Abreu é um dos autores do requerimento para audiência com a Câmara



Para Goellner, dívida rural precisa ser solucionada para produção não parar

Comissões de Agricultura elaboram proposta sobre endividamento rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará na próxima terça-feira – e em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – audiência para debater o endividamento rural brasileiro. O requerimento para a discussão, dos senadores Kátia Abreu (DEM-TO) e Gilberto Goellner (DEM-MT), foi aprovado ontem pelo colegiado.

– A dívida rural precisa ser equacionada para que o setor possa continuar produzindo – afirmou Goellner na reunião da CRA realizada ontem.

Senadores e deputados querem finalizar a proposta a ser apresentada ao governo para a renegociação da dívida, estimada em R\$ 87 bilhões. Também participarão da elaboração do documento a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A proposta do governo para renegociação da dívida era aguardada para dezembro, mas foi adiada para o início de março, o que não ocorreu. O anúncio agora está previsto para o dia 25.

Os ministérios da Fazenda e da Agricultura apresentaram aos ruralistas levantamento do montante da dívida. A estimativa de R\$ 87 bilhões não inclui as dívidas de custeio da safra atual nem os investimentos feitos a partir da safra 2006/2007.

Conforme o levantamento da dívida, R\$ 13 bilhões referem-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os outros R\$ 74 bilhões compreendem os débitos da agricultura empresarial, divididos em cinco blocos: operações com crédito rural efetuadas nos anos 80 e 90 e já renegociadas; operações de crédito de custeio rural contratadas até 30 de junho de 2006; operações de investimento e comercialização; operações com fundos constitucionais; e operações inscritas na Dívida Ativa da União.

José Nery registra ato público na Câmara contra trabalho escravo

O senador José Nery (PSOL-PA) registrou ontem em Plenário o ato público, realizado quarta-feira na Câmara dos Deputados, em favor da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que reprime o trabalho análogo ao de escravo. Participaram lideranças sindicais e trabalhadores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

– A manifestação reuniu mais de mil trabalhadores, pertencentes a diversos segmentos sociais, que vieram exigir a aprovação dessa emenda pelos deputados. O evento teve a presença de um conjunto de entidades da sociedade.

A PEC do trabalho escravo já foi aprovada no Senado e em primeiro turno na Câmara, onde



A manifestação reuniu trabalhadores de várias regiões, segundo José Nery

não avança desde 2004.

De acordo com o texto que está sendo examinado, a propriedade onde for comprovada a prática da exploração de trabalho análogo ao de escravo será desapropriada pelo governo federal.

Substitutivo de Lúcia Vânia, lido aos senadores da CDR, é favorável à recriação de órgão, que passaria a chamar Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste

Relatora propõe que nomes para dirigir Sudeco passem pelo Senado

A diretoria da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), formada por um superintendente e três diretores, será nomeada pelo presidente da República, mas precisará de aprovação do Senado. Essa é uma das modificações contidas no substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de lei da Câmara (119/06) que recria o órgão.

O substitutivo foi lido ontem pelo senador José Nery (PSOL-PA) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para apresentar aos parlamentares as alterações contidas no trabalho da senadora.

Outra mudança é a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), nos moldes dos fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), com dotação inicial de R\$ 500 milhões. Até que o Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste comece a funcionar,



Lúcia Vânia sugere a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

o fundo teria como operadores o Banco do Brasil e outras instituições financeiras federais.

O texto de Lúcia Vânia também prevê a criação de escritórios regionais da superintendência e modifica a composição do conselho deliberativo do órgão.

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu a recriação da Sudeco, pois, segundo ele, as superintendências de Desenvolvimento do Norte e Nordeste já voltaram a

funcionar. Para o senador, é importante recriar, dentro de novos paradigmas, uma instituição que alavanque “o desenvolvimento ambiental, tecnológico e econômico da região”.

Já o senador Gim Argello (PTB-DF) disse que o Centro-Oeste precisa da Sudeco por ser uma das principais regiões agrícolas do país, mas com deficiências em infra-estrutura.

José Nery externou desejo de que a nova Sudeco não repita “erros do passado”.

– Na recriação da Sudeco, o Centro-Oeste tem que ter a devida observância da atuação do passado para não repetir erros que poderiam ser prejudiciais ao desenvolvimento da região. A Sudam e a Sudene eram órgãos envolvidos em ilegalidades, que deram origem a escândalos porque não cumpriram seu papel constitucional – alertou Nery.

A proposta original já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Crescimento do Centro-Oeste é objetivo do órgão

O projeto de lei da Câmara que cria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) determina que o órgão deverá promover o crescimento sustentável e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, além de coordenar ações voltadas para o crescimento regional, como era feito pela antiga Sudeco, extinta em 1990.

Do Executivo, a proposição faz parte do pacote de propostas do governo que objetivam “a redução dos desequilíbrios regionais e sociais”, conforme a exposição de motivos assinada em 2004 pelo então ministro da Integração Nacional Ciro Gomes. Juntamente com a Sudeco, foi também sugerido, à época, a volta das superintendências do Norte (Sudam) e do Nordeste (Sudene), extintas em 2001.

O projeto encontra-se na Comis-



Nacional. Sua área de atuação abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal.

Caberá à superintendência articular os órgãos públicos com programas voltados para o desenvolvimento, bem como fomentar a cooperação das forças sociais da sua área de atuação. A Sudeco também atuará como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal para assegurar a diferenciação regional das políticas públicas nacionais.

Além disso, o órgão formulará planos e proporá diretrizes para desenvolver a região, articulando-os com as políticas e planos nacionais, estaduais e municipais.

As receitas terão origem em dotações orçamentárias e em recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades nacionais ou internacionais.

são de Constituição, Justiça e Cidadania, e é relatado por Lúcia Vânia. Caso seja aprovado na CCJ, também deverá passar pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Atuação

A Sudeco será um órgão autárquico, autônomo administrativa e financeiramente, mas vinculado ao Ministério da Integração

Comissão de Direitos Humanos debate em audiência pública projeto de lei que extingue exame de ordem para o exercício da profissão de advogado

OAB defende exame; movimento de bacharéis critica

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defenderam, em debate no Senado, a necessidade de manutenção do exame de ordem para o exercício da profissão. Já representantes do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito (MNBD), que ainda não conseguiram passar nesse exame, afirmaram que são capazes de exercer a atividade e que a prova é desnecessária.

A audiência pública em torno de projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que extingue o exame de ordem foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por Paulo Paim (PT-RS).

O projeto, que tramita na Co-



Fotos: J. Freitas

José Geraldo Júnior, Inácio Arruda, Paulo Paim (dirigindo a reunião da CDH), Gilvam Borges e Itacir Flores, presidente do MNBD

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem como relator Magno Malta (PR-ES). Ele não pôde participar do debate na CDH porque está em missão oficial no exterior. Malta vem procurando ouvir as posições

favoráveis e contrárias ao projeto, e já realizou debates em Vitória, Porto Alegre e Macapá, além de reuniões com dirigentes da OAB em São Paulo e em Brasília. Segundo sua assessoria, a preocupação do relator é com o grande

contingente de profissionais formados todos os anos e com os baixos índices de aprovação no exame da OAB.

Cursinhos

Na justificativa do projeto (PLS 186/06), Gilvam Borges argu-

menta que “um simples exame” não teria condição de equivaler “a um sem-número de exames aplicados durante todos os anos de graduação” e critica a posição da OAB de fazer com que o exame se transforme em avaliação dos cursos de graduação em Direito.

Segundo Gilvam, que participou da audiência pública, o seu projeto, que propõe alterações no Estatuto da Advocacia para abolir o exame de ordem, corrige uma distorção que atinge milhares de pessoas em todo o país. Para o senador, o exame de ordem é “uma cruel e injusta reserva de mercado”, que beneficia somente os milhares de cursinhos criados para preparar os bacharéis para a prova.

Ordem avalia “conhecimentos básicos mínimos”, diz Lourenço

O presidente em exercício do Conselho Federal da OAB, Vladimir Rossi Lourenço, afirmou, na audiência, que o exame contribui para o aperfeiçoamento do ensino jurídico brasileiro, pois funciona como um indicador preciso do nível da qualidade dos cursos de graduação em Direito.

– O exame de ordem não é uma seleção, mas efetivamente um exame de aptidão de conhecimentos básicos mínimos – assinalou.

Por sua vez, o vice-presidente da Comissão Nacional de Exame da Ordem da OAB, Dílson José de Oliveira Lima, lembrou que vários países exigem um exame semelhante para que advogados ingressem no mercado de trabalho. Segundo explicou, uma faculdade federal atinge aprovação média de 91% na prova, mas o mesmo não acontece nas instituições privadas de ensino superior de Direito.

– As faculdades e universida-

des privadas têm patamar médio de 10% de aprovação no exame de ordem. Sem o filtro do exame, estaríamos numa situação calamitosa – explicou Dílson.

Já segundo o vice-presidente da Comissão Nacional do Ensino Jurídico da OAB, José Geraldo de Sousa Júnior, há diferenças básicas entre bacharel em Direito e advogado. Conforme explicou, a OAB, por meio do exame, qualifica os vários níveis de funções dentro da categoria, mas deixa claro que, para exercer a profissão de advogado, o exame é essencial.

Entidade promove elitização da profissão, diz Itacir Flores

O presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito, Itacir Flores, afirmou que a OAB está promovendo a elitização da profissão ao exigir o exame para habilitação de advogados. Para o coordenador do movimento, Emerson Rodrigues, o objetivo do exame é favorecer cursos preparatórios, cujos donos, muitas vezes, disse ele, fazem parte do quadro da OAB ou de universidades.

Maria Thâmar apresentou-se como advogada concursada da Caixa Econômica Federal, que, no entanto, não consegue

assumir seu cargo porque, por quatro vezes, foi reprovada no exame de ordem. Também aprovada em primeiro lugar em um outro concurso da Caixa, ela ressaltou que o motivo alegado para a última reprovação foi sua letra, considerada “ilegível” pela banca examinadora.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) observou que o exame de ordem foi criado para melhor qualificar os advogados que, muitas vezes, não recebem formação adequada nas universidades. No entanto, admitiu que tal exame representa um problema para a categoria.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o Ministério da Educação não deve permitir que os brasileiros sejam impedidos de exercer a profissão para a qual se formaram. Na hipótese de o curso ser insatisfatório, acredita que o profissional poderá aperfeiçoar seus conhecimentos na prática profissional.



Crivella (E) e Mesquita Júnior (2º à dir.) participam do debate, que atraiu interessados

Wellington Salgado classifica a prova de discriminatória

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu, na audiência pública, a extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que classificou de discriminatório. Ele lembrou que o Ministério da Educação é o responsável pela habilitação de cursos e faculdades e observou que, se há desqualificação das instituições de ensino no país, é dever do ministério não permitir o funcionamento desses estabelecimentos.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a realização do debate sobre a pertinência do exame da OAB. O senador alertou para a desigualdade da distribuição dos advogados pelo país e lembrou que o maior número de profissionais está nos estados do Centro-Sul.

Para o representante da Frente Parlamentar dos Advogados da Câmara dos Deputados, Nelson Trad (PMDB-MS), o tema deve ser debatido “com racionalidade e não passionalidade”. O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) criticou a realização do exame de ordem.

Valter Pereira quer mudanças na forma de seleção

Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu, em Plenário, o aperfeiçoamento do exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Na opinião do senador, não é o caso de se acabar com essa prova, mas de aprimorá-la para que sirva como mecanismo de acompanhamento da qualidade do ensino jurí-

dico brasileiro. O parlamentar avalia que o exame poderia ser aplicado ao longo do curso de Direito, por etapas, no final de cada ano letivo.

Com essa mudança, acredita Valter Pereira, a qualidade de cada curso e faculdade poderia ser avaliada anualmente, bem como a qualidade

do ensino e do aprendizado de cada aluno. O senador comentou no discurso a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos.

Valter Pereira não concordou com a hipótese de que o exame da OAB seria uma ferramenta de reserva de

mercado. O parlamentar argumentou que a qualidade do ensino pode ser questionada pois, atualmente, existem no Brasil cerca de 700 mil advogados e 4 milhões de bacharéis em Direito. O exame, disse, serve para preservar a imagem da profissão e dos profissionais.